

Aspectos históricos da Pessoa com Deficiência

Este texto foi composto por fragmentos retirados de textos de diferentes autores, cujas fontes estão devidamente registradas ao final, bem como indicadas no material complementar. Esta composição tem o intuito, **apenas**, de dar suporte para as discussões, devendo, portanto, recorrer ao texto na íntegra dos referidos autores para aprofundamento do tema.

Ao longo dos períodos da Antiguidade e Idade Média, referências históricas apontam que as pessoas com deficiência recebiam dois tipos de tratamento: rejeição e submissão à execução sumária por um lado, ou recebiam proteção assistencialista e piedosa, por outro (Garcia, 2011).

Na Grécia Antiga, o modelo de sociedade era pautado no homem forte e bem preparado para a guerra, assim pais de recém-nascidos deveriam apresentar seu filho a um Conselho de Espartanos que decidia sobre o futuro daquela criança; se fosse considerada normal era devolvida à família para que cuidassem dela até os sete anos de idade e depois era devolvida para o Estado cuidar de sua educação para a guerra. Se a criança tinha alguma limitação física, era jogada de um abismo, uma vez que não conseguiria atingir o desenvolvimento ideal para aquela sociedade. Na Roma antiga, de acordo com o poder paterno de famílias nobres, existia a possibilidade de deixar as crianças que apresentavam alguma deficiência às margens do rio para que famílias de escravos ou pobres pudessem, eventualmente, acolhê-las.

Já na Idade Média, a concepção de deficiência era fundamentada com base no cunho religioso ou em poderes sobrenaturais; a deficiência era vista como “castigo divino”. Nesse período, as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência, viveram confinadas em locais para atendimento a todo tipo de doenças em condições precárias de higiene e saúde; viviam situações de extrema privação e na marginalidade, como grande parte da população de pobres, mendigos e doentes daquela época.

Os registros históricos brasileiros de vários séculos (XVI até meados do século XIX) também fazem menção às pessoas com deficiência relacionadas com a categoria mais ampla da população de pobres e miseráveis desse período, mantendo-se, portanto, as práticas de exclusão social. Pessoas com algum tipo de deficiência eram confinadas pelas famílias ou então recolhidas às

chamadas Santas Casas, instituição que desde o período colonial acolhia pobres, mendigos, doentes, enjeitados e os recém-nascidos abandonados na Roda dos Expostos. Elas eram então misturadas e tratadas indiscriminadamente junto a todos os outros pacientes e até mesmo levadas às prisões.

Com o avanço da ciência e a libertação dos dogmas e credences típicas da Idade Média, verifica-se no continente europeu uma tendência de humanização desse grupo de pessoas e a criação de locais para o atendimento específico daqueles que apresentavam alguma deficiência. Como resultado dessa tendência, surge no ano de 1770, a primeira instituição voltada para a educação de surdos-mudos, fundada por Charles M. Eppée, em Paris.

Outro importante contribuinte para o movimento em prol das pessoas com necessidades especiais foi Valentin Haüy, que fundou o Institute Nationale des Jeunes Aveugles (Instituto Nacional dos Jovens Cegos), também em Paris, em 1784. Na sequência, verificou-se o início do atendimento educacional para os deficientes intelectuais, por meio do caso conhecido como “O menino selvagem” de Aveyron, tratado pelo médico Jean Marc Itard e publicado em 1801.

No Brasil, em 1852, surge o primeiro hospital destinado ao tratamento dos “alienados mentais”, denominado de Hospício Dom Pedro II, vinculado à Santa Casa. Dentre os que eram considerados “alienados mentais”, estavam as pessoas com deficiência. Nessa época prevalecia a visão de que a deficiência era uma “doença” de causa orgânica que dificilmente seria modificada por meio de procedimentos médicos, sendo então, retirados do convívio social.

Sob influência das iniciativas europeias de atendimentos educacionais especiais, foram criados no Brasil, no município do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos em 1854, posteriormente denominado Instituto Benjamin Constant - IBC. A criação do Instituto foi influenciada pelo cego brasileiro José Álvares de Azevedo, que estudou em Paris, no Instituto dos Jovens Cegos. Três anos mais tarde, em 1857, foi fundado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que também passou por alteração do nome para Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Até a metade do século XX, poucas ações foram destinadas às pessoas com deficiência; continuaram sendo parte integrante da população marginalizada do país. Essas pessoas eram identificadas como “aleijados”, “mancos”, “enjeitados”, “cego” ou surdo-mudo”.

Em meados desse período foram criadas a Sociedade Pestalozzi (1952) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (1954). Essas instituições tinham como objetivo dar atendimento assistencial a essa população. Não tinham como propósito o desenvolvimento educacional dessas pessoas. Surge a expressão “crianças excepcionais” para designar aquelas que desviavam da norma do grupo social majoritário em função das características mentais, físicas ou sociais e que, portanto, não poderiam frequentar as escolas regulares. Essas crianças eram, então, encaminhadas para instituições de natureza filantrópica sem fins lucrativos, cujo propósito era prestar atendimento assistencial desvinculado de uma perspectiva pedagógica.

Essas entidades exerceram forte influência para incluir na legislação a chamada “educação especial” com forte viés de normalização da deficiência, ou seja, a criança tinha que passar por um processo de (re)abilitação daquilo que se considerava anormal para suprir as falhas decorrentes dessa anormalidade para participarem da vida social. De um modo geral, as conceituações sobre deficiência estavam vinculadas ao prejuízo intelectual, independentemente do tipo de deficiência que apresentasse. Não havia, portanto, a expectativa de que essas crianças tivessem potencial para outras aprendizagens que não fossem meramente de vida prática.

Referência Bibliográfica

GARCIA, Vinícius Gaspar. As pessoas com deficiência na história do mundo, 2011. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/pcd-mundial>

FIGUEIRA, Emílio. Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

MAZZOTTA, Marcos. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1999